

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO E O CASO DO INSTITUTO AYRTON SENNA NO ESTADO DO RS

DOUGLAS GADELHA SÁ¹;
MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹*Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – douglasgadelhasa@gmail.com* 1

²*Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – cossiofatima13@gmail.com* 2

1. INTRODUÇÃO

Decorrente do estudo teórico em relação à Nova Gestão Pública, Governança (CÓSSIO, 2015), Parceria público-privadas e a Terceira Via tido como pano de fundo da pesquisa, identificou-se as entidades privadas que foram contratadas a prestarem serviços de consultoria às redes públicas de educação no Estado do RS¹, das quais foram escolhidas os cinco entes mais recorrentes dentre os programas e com maior capilarização regional dentro do Estado do RS, a saber: INSTITUTO NATURA (IN); INSTITUTO AYRTON SENNA (IAS); FENABB; SICREDI; AFUBRA. Em outro momento, foi explorado o recorte dos entes menos expressivos como a FENABB, o SICREDI e a AFUBRA. Deste recorte constatou-se a baixa influência – embora notável no sentido do fomento de políticas educacionais, por exemplo no caso Fenabb acabou por demonstrarem mínima influência – de maneira geral em impactos diretos no espectro do estado do RS.

As redes políticas possuem formações complexas, a relação entre Estado (Secretaria de Educação) e Entidades privadas (Institutos preocupados com a educação, supostamente filantrópicos) criam uma linha muito tênue na identificação desta, ou seja, são bens e questões públicas sendo tratadas com valores de natureza privada. Para Ball (2014) as redes políticas são muito mais uma comunidade social, com elementos duráveis quanto fugazes, unidos por “reunificações”, um tipo particular de estilo de vida voltado às políticas. Há uma mistura de laços duradouros e colaborações esporádicas e interdependências intrincadas que ligam projetos locais a relações internacionais que fornecem conhecimento, reputação e legitimidade. São novos agenciamentos políticos com uma gama diversificada de participantes, situados em um novo espaço político entre OM, governos nacionais, Organizações não Governamentais (ONGs), *think tanks*² e grupos de interesse, consultores, empreendedores sociais, etc. (BALL, 2014), que estão produzindo mudanças no pensamento e comportamento de governos nacionais por meio de trocas de normas, de ideias e de discursos que alteram as percepções sobre o que é público e sobre os problemas e soluções sociais e educacionais, com repercussões nas esferas subnacionais.

¹ Os dados apresentados emergiram da pesquisa em desenvolvimento, desde 2016, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPPE/UFPel), coordenado pela Profa Drª Maria de Fátima Cossio em que se mapeou os entes privados mais recorrentes que atuam nos sistemas públicos de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Neste contexto, o IAS figurou dentre os cinco mais presentes (os demais foram: Instituto Ayrton Senna; IntitutoNatura; Associação Nacional dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA; e Fundação do Sistema de Crédito Cooperativo– SICREDI).

² O termo pode ser entendido como um grupo de pessoas e de instituições que desenvolvem pesquisas e propõem soluções de problemas nas diversas áreas, inclusive na educação (NOTA DE TRADUAÇÃO, BALL, 2014. p. 35)

Este trabalho parte do segundo recorte entre os cinco entes, o qual se aprofundou sobre aqueles dois que se mostraram mais expressivos: O Instituto Ayrton Senna e o Instituto Natura. O presente resumo irá trabalhar o caso do IAS na tentativa de demonstrar a amplitude geográfica dos seus programas, a complexidade dos programas mais expressivos e a relação efetiva da PPP, isto é, a relação mesma entre Ente-parceiro-escola. A análise dos programas dar-se-ão a partir das categorias de propriedades analíticas (OPES e BALDI, 2009) cujo objetivo será possibilitar a análise objetiva da relação entre ente e o parceiro. Isto é, medir o grau da relação estabelecida a partir da pesquisa do parceiro à luz de cinco propriedades de rede explicativas. Os principais estudos sobre o IAS foram realizados nacionalmente sob a coordenação das professoras Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS) e Theresa Maria de Freitas Adrião (Unicamp), com um volume significativo de dissertações, teses e artigos publicados. Peroni e Silva (2013) pesquisaram as bases teóricas das ações do IAS, na medida em que buscaram a relação entre as orientações de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial (BM), com os princípios que norteiam os programas do IAS, obtidos por meio da divulgação e materiais de apoio.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota o método de “etnografia de rede”, como identifica Ball (2014), pois pretende realizar um mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular, neste caso, os entes e seus parceiros que despontam no cenário local. A etnografia de rede utiliza novas formas de comunicação virtual e eletrônica, oferecendo um acesso mais rico e mais amplo do que uso de dados terrestres (BALL, 2014, p.28). Os instrumentos de pesquisa foram os sites dos entes escolhidos (IAS) e seus respectivos programas e parceiros. A busca dividiu-se em dois momentos: a) a pesquisa sobre os programas do IAS; b) a pesquisa sobre os parceiros que compõe estes programas; dentro do ambiente virtual dos entes se concentrou em encontrar a lista de empresas parceiras que aquele ente estabelecia, relatórios anuais dos programas e os avanços, notícias que evidenciavam este firmamento ou o desenvolvimento de projetos em conjunto, todo e qualquer material que pudesse servir de fundamentação da análise da relação entre Ente/parceiro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO³

O IAS é uma Organização sem fins lucrativos criada em 1994, pela irmã do piloto Ayrton Senna logo após a sua morte, e definida juridicamente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com Razão Social de Instituto. Segundo os relatórios anuais do Instituto, entre 1994 e 2010 seus programas e projetos atingiram 1.372 municípios brasileiros em 25 estados e o Distrito Federal. Esse número caiu entre 2011-2012 para 1.300 e teve redução contínua nos anos seguintes, chegando a 700 municípios atendidos em 2014. Em 2010 — ano em que teve parceria com o maior número de municípios — concentrava-se nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Em 2017, último relatório

³ As análises e descrições aqui expostas foram retiradas do Relatório Final de Pesquisa 2019 “Redes Políticas e as parcerias público-privadas no Estado do RS”, no Cap.3 – Análise de Redes, in. 3.2.4- “Análise de Rede do Instituto Ayrton Senna”. (no prelo).

disponível no site do Instituto, contava com 573 municípios, em 16 estados brasileiros e destaca a atuação no Estado de Santa Catarina.

O estado da arte sobre o IAS apresentado por Silva e Jacomini (2018), a partir do estudo de teses, dissertações e artigos científicos no período de 2002 a 2015, informa que

A gama de estudos sobre o IAS permite atentar para a dimensão tomada pelos programas desta Instituição, ao longo de mais de vinte anos, de parcerias com secretarias de educação. Essa presença do IAS nas secretarias municipais e estaduais de educação influenciou, em alguma medida, a forma de pensar e fazer educação nesses entes federados e mobilizou a comunidade acadêmica a investigar como e em que medida isso aconteceu (p. 930).

No site do IAS são listadas 09 iniciativas em desenvolvimento, sendo que ao filtrar os programas no Estado do RS são apresentados 07 programas: Acelera Brasil, Se Liga, Fórmula para Vitória, Rede Nacional para Ciência em Educação (Rede CpE), Gestores em Rede, Gestão Nota 10 e Letramento em Programação. Ressalta-se que em nenhuma parte da página online ou de documentos do IAS são evidenciadas as cidades em que os programas estão presentes. Nas análises iniciais que se realizou para fins de mapeamento das PPPEs nos municípios gaúchos se encontrou dados sobre quatro iniciativas do IAS: projetos de alfabetização – Se Liga e Acelera Brasil em conjunto com o Comitê Gestor em nove cidades; Letramento em programação em quatro cidades; e o Acelera Brasil em três cidades; totalizando 17 municípios.

Um diagnóstico realizado pelo IAS em 2018 aponta que o RS é uma das três unidades da federação com maior participação da rede estadual nos Anos Iniciais, logo após DF e Acre. No sítio virtual do IAS existe uma grande lista de parceiros, que em 2019 passaram a ser 80 entes divididos em seis categorias: **Seis maiores**: P&G; Arcos Dourados; Itaú; Itaú card; LIDE; e Companhia de Eletricidade da Bahia e do Rio Grande do Norte (COELBA/COSERN) do grupo Neoenergia; **Seis em uma 2ª categoria**: CELPE/NEOENERGIA; Linx; Fundação Volkswagen; Suzano e FBB; **3ª categoria com 16 entes**: Natura; Kallas; English Live; Accenture; BCG; Cinepólis; Microsoft; IAMAR; Eaz; Boeing; CCR; SAP; Instituto CYRELA; Instituto FAR/Grupo Hinode; KIA; FMC; **Uma 4ª categoria com 34 parceiros**; **5ª e menor categoria** com 14 parceiros: em que incluem Mellita; MULTIPLUS, THINK CELL; VIVO; IPSOS BRASIL, BSocial e grupos de advocacia e consultorias jurídicas.

A atuação em grande escala via parcerias com governos iniciou em 1996 e se estendeu até 2009. De 2009 até 2013 três programas do IAS: Escola Campeã, Se Liga e Acelera, foram incluídos no Guia de tecnologias do MEC, o que, como se pode perceber, orientou as ações da entidade para essa pauta. As informações dão conta de que de 2014 em diante o IAS orientou-se em atingir as metas do PNE 2014/2024, fortalecendo as soluções em tramitação e fomentando novas propostas. Em 2014 o grupo sistematizou um livro, publicado em parceria com a Fundação Santillana, sobre cumprir os desafios do PNE até 2024. A perspectiva de educação integral defendida se baseia nas competências importantes para a vida dentro de uma ideia de alargamento da formação escolar em que assume o conhecimento como uma *commodity* que não pode se resumir apenas em

conhecimentos cognitivos. Então, não é em sentido de ensino em tempo integral, mas de uma educação plena que envolva competências socioemocionais.

Centram-se, em suas maiorias, nas metodologias ativas que pressupõem desenvolver competências essenciais para a vida profissional, centradas na ideia de aprender fazendo, ou que comumente é chamado de “mão na massa”, aprender a fazer. Os materiais se relacionam à perspectiva de articulação no papel da educação no desenvolvimento econômico.

4. CONCLUSÕES

A vigilante necessidade da pesquisa sobre as PPP's e a relação estatal promove, assim, uma possibilidade em se discutir a inserção privada no âmbito público. Os valores e discursos econômicos impõem à aprendizagem do aluno um novo arranjo, no direcionamento de métodos e práticas instituídas como parte da “nova” perspectiva do século XXI. O IAS deflagra esse horizonte no contexto brasileiro, na capilarização dos seus projetos em municípios e a presença em acordos e documentos de políticas educacionais, no enfraquecimento do Estado, e no provimento da educação enquanto formação social unida à valores democráticos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. **Revista e-Curriculum (PUCSP)**, v. 13, p. 616-640, 2015.

IAS, Instituto Ayrton Senna. **Site institucional**. Disponível em: <http://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>. Acesso em 30/10/2017.

LOPES e BALDI. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 2009. p.1007-1035.

PERONI. Vera Maria V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da Terceira Via. **Curriculo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013a.